

PROCESSO N° 0634-2008-120-08-00-7

RECORRENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradora: Dra. Cíntia Nazaré Pantoja Leão

ÁGUAS LINDAS LTDA.

Dr. Mário Sérgio Pinto Tostes

RECORRIDOS: OS MESMOS

I - AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIDE SIMULADA. Ajuizar ação trabalhista com evidente intuito de obter quitação dos direitos dos trabalhadores é incorrer em simulação, incompatível com a boa-fé deve pautar os atos dos que acionam o Poder Judiciário para requerer a solução de seus conflitos de interesse. **II - DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURAÇÃO.** Comprovada a violação, pela ré, de direito transindividual de ordem coletiva, em desobediência a normas de ordem pública, abalando a coletividade, além de causar prejuízos à sociedade, é mesmo devida a indenização pelos danos morais coletivos. **III - DESCONTOS SALARIAIS ILEGAIS. VIOLAÇÃO A DIREITO COLETIVO E DIFUSO DOS TRABALHADORES. COMPROVAÇÃO.** Configurada a conduta irregular da ré ao proceder descontos salariais abusivos, especialmente os decorrentes de quantias oriundas dos assaltos nos ônibus, em evidente violação ao disposto nos arts. 5º, incs. XXXV, LV, LVII, 7º, inc. X, da CF/88, 2º, 9º, 462 da CLT e 187 do CC, deve ser condenada ao cumprimento das obrigações de abster-se de efetuá-los. Recurso provido.

1 RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso ordinário oriundos da MM. 2ª Vara do Trabalho de Ananindeua, em que são partes as acima referidas. A MM. Vara de origem, na sentença de fls. 1845 a 1857, rejeitou a preliminar de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho e a de impugnação ao valor da causa, bem como a prejudicial de prescrição. No mérito, condenou a ré ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$300.000,00, com juros e correção monetária, a reverter ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e condenou a ré ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer e/ou não fazer: 1) não prorrogar, sem real, excepcional e fundado motivo, a jornada de trabalho além do limite diário e semanal legal ou além de outro limite inferior previsto em normas especiais ou coletivas; 2) deixar de exigir trabalho extraordinário, além de 2 (duas) horas diárias, especialmente em regime de "viradas"; 3) proceder à correta anotação das jornadas de trabalho de seus empregados em documentos adequados, fazendo constar o tempo efetivamente trabalhado; 4) pagar a remuneração do trabalho extraordinário, integralmente e na forma legal, com todos os adicionais e reflexos sobre outras verbas; 5) fazer constar, nos recibos de pagamento de salários e demais documentos contábeis, todas as parcelas remuneratórias, incluindo horas extras; 6) deixar de efetuar pagamentos sem as devidas formalidades (pagamento "por fora"); 7) abster-se de submeter seus empregados ao regime de jornada de 12 x 36 sem previsão em norma coletiva; 8) conceder aos seus empregados férias, nos doze meses subseqüentes à data que tiverem adquirido o direito e, no caso de conceder após tal prazo, pagar em dobro a respectiva remuneração; 8) comunicar a concessão de férias ao empregado por escrito, com antecedência de, no mínimo, trinta dias; 9) abster-se de manter empregado trabalhando no período destinado ao gozo de férias; 10) registrar os contratos de trabalho de todos os seus empregados em livro próprio, ficha ou sistema eletrônico competente a anotar as CTPS de todos os seus empregados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do início da prestação de serviços; 11) pagar integralmente as verbas rescisórias devidas aos seus empregados, nos prazos fixados no artigo 477 da CLT; 12) submeter ao sindicato profissional ou à autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego, o

Termo de Rescisão Contratual, com mais de 1 (um) ano de serviço, para fins de homologação, na forma prevista no artigo 477, § 1º, da CLT; 13) abster-se de utilizar a Justiça do Trabalho como órgão meramente homologador de rescisão do contrato de trabalho, através de lides simuladas; 14) pagar o adicional de insalubridade aos empregados que trabalhem expostos aos agentes superiores aos limites de tolerância previstos na NR 15, enquanto não forem implantadas medidas de controle capazes de afastar a nocividade decorrente dos agentes e pagar o adicional de periculosidade aos empregados que trabalhem em atividade de exposição ao contato com explosivos e inflamáveis; 15) conceder aos seus empregados descanso remunerado nos dias feriados, civis e religiosos, a teor do artigo 8º da Lei nº 605/49 e, havendo impossibilidade de suspensão dos trabalhos em dias de repouso semanal e feriado, na forma do artigo 9º da mesma lei, que a empresa efetue o pagamento do dobro do dia trabalhado, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso, salvo se conceder folga compensatória, na mesma semana; 16) efetuar os depósitos do FGTS até o dia 7 (sete) de cada mês e depositar, por ocasião da rescisão contratual, a indenização compensatória do FGTS sobre o montante de todos os depósitos realizados, recolhendo, no prazo legal, a contribuição social incidente sobre o montante de todos os depósitos devidos ao FGTS, corrigidos e remunerados na forma da lei, relativos ao contrato de trabalho de empregado despedido sem justa causa, a alíquota de 10% (dez por cento); 17) cumprir ordem de interdição de estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, emanada de autoridade regional competente, e providenciar guarda-corpo para a rampa de lavagem e limpeza de veículos, com a devida proteção, nas laterais internas; 18) impor multa de R\$3.000,00, por infração cometida a reverter ao FAT. Concedeu, ainda, a liminar requerida em relação às obrigações de fazer e de não fazer e cominou custas à ré, de R\$6.000,00 sobre o valor da condenação, arbitrado em R\$300.000,00.

A ré e o autor interpuseram os recursos ordinários de fls. 1.863 a 1.898 e 1.908 a 1.931, respectivamente. A ré renova a preliminar de ilegitimidade ativa do autor e requer a extinção do processo sem resolução do mérito nos termos do artigo 267, inciso VI, do CPC. Alega que não seria cabível a ação

civil pública para o fim pretendido, arguindo a questão prejudicial de prescrição total das pretensões do autor e no mérito, pede a improcedência da ação.

O Ministério Público do Trabalho requer a parcial reforma da sentença para que seja condenada a ré ao cumprimento das obrigações de abster-se de efetuar descontos ilegais nos salários dos empregados, especialmente os decorrentes de quantias equivalentes aos assaltos ocorridos nos ônibus, de abster-se de efetuar o desconto quando não estiver comprovada a responsabilidade do empregado pelo dano, em caso de desconto salarial resultante de dano causado pelo empregado, bem como pede que, em caso de descumprimento das obrigações acima, seja a ré condenada a pagar multa mensal de R\$3.000,00, por infração e por trabalhador prejudicado. Requer, ainda, a concessão de liminar ou tutela antecipada quanto ao cumprimento de tais obrigações. Requer, também, que seja o autor condenado a pagar multa de R\$3.000,00, por infração e por empregado prejudicado.

O autor apresentou contrarrazões às fls. 1.933 a 1.947 e a ré, às fls. 1.950 a 1.953, respectivamente.

Os autos não foram encaminhados ao Ministério Público do Trabalho, consoante o disposto no parágrafo único do artigo 103 do Regimento Interno desta E. Corte.

2

FUNDAMENTOS

2.1

CONHECIMENTO

Conheço do recurso da ré porque é adequado, tempestivo (fls. 1.858 e 1.861) e se encontra subscrito por advogado habilitado (fl. 1.665), tendo sido realizado o depósito recursal (fl. 1.899) e recolhidas as custas (fl. 1.900). Conheço do recurso do autor porque é adequado, tempestivo (fls. 1.903 e 1.907) e se encontra subscrito por Procuradora do Trabalho. Conheço das contrarrazões do autor pois são tempestivas (fls. 1.903 e 1.932) e se encontram subscritas por Procuradora do Trabalho, bem como das contrarrazões da ré porque também são tempestivas (fls. 1.949 e 1.949) e se encontram subscritas por advogado habilitado (fl. 1.665).

2.2 QUESTÕES PRELIMINARES DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR UTILIZAÇÃO DE MEIO PROCESSUAL INADEQUADO E DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Na seção "DA NATUREZA DO PROCEDIMENTO JURISPRUDENCIAL PERSEGUIDO" (sic, fl.

1.873), afirma que não seria a primeira vez que o autor tentaria, mediante ação civil pública, obter o por ele pretendido, reportando-se ao acórdão proferido no Processo número 2ª T./RO 543/2004-08-00.

Após tecer considerações sobre a matéria, ressalta que "o caminho escolhido é impróprio para a finalidade a qual se destina" (sic, fl. 1.974).

Destaca-se que a ação civil pública integra o rol dos instrumentos jurídicos brasileiros, destinados à defesa de interesses metaindividuais, de forma a facilitar o acesso coletivo ao Poder Judiciário, sobretudo no campo das relações de trabalho, os mais típicos das sociedades de massa contemporâneas. Não têm pertinência as alegações recursais de que a pretensão do autor seja, tão-somente, a de obter reparação de danos individuais. Muito pelo contrário, visa ao cumprimento de obrigações de fazer e de não fazer, de forma que a demandada obedeça ao ordenamento legal pátrio, com intuito de preservar a ordem jurídica, já que desrespeitados direitos de trabalhadores, não identificados, constitucionalmente garantidos.

Faz-se ver, outrossim, que a pretensão do autor é de que a conduta da ré se norteie pela legislação vigente o que interessa não apenas a grupo isolado de trabalhadores, mas à sociedade, caracterizando-se, assim, a presença de interesses difusos e coletivos, de acordo como preceituado no artigo 81, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 8.078/90.

Os direitos dos trabalhadores em questão se exercem individualmente, mas em favor de uma coletividade, por isso é inegável sua natureza coletiva, sendo, portanto, passíveis de serem postulados por meio de ação civil pública.

No que toca à alegada ilegitimidade ativa, arguida pela ré, ressalto que dúvidas não há acerca da legitimidade do Parquet, in casu, na medida em que o artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93, Lei Orgânica do Ministério Público, estabelece que:

"Art. 83 Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho: (omissis) III - promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais garantidos."

A legitimação ativa ad causam do Ministério Público decorre da aplicação e da interpretação conjunta do disposto no artigo antes transcrito, com os artigos 127 e 129, inciso III, da CF/88. Filio-me à tese, inclusive, de que se deve prestigiar a ampliação do campo de aplicação da ação civil pública para a defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores.

Ressalta-se, outrossim, que, conforme leciona Raimundo Simão de Melo: "Em juízo, é a ação civil pública o mais importante instrumento de prevenção e defesa dos interesses difusos e coletivos da sociedade, razão porque, com o tempo, foi ampliada a legitimação ativa para sua propositura. Na seara trabalhista, não obstante os extraordinários resultados obtidos, ainda é muito tímida a sua utilização, em regra, somente pelo Ministério Público. Os sindicatos, mais legítimos representantes dos trabalhadores, ainda não se convenceram da aplicação desse moderno instrumento processual coletivo, por razão, em parte, do tratamento que tem sido dado ao instituto por parte de alguns integrantes do Judiciário trabalhista, que chegam mesmo a negar a legitimidade a tais associações, sob o argumento infundado de que elas somente podem defender em juízo os interesses dos trabalhadores por meio de dissídio coletivo (...).".

Conclui-se, pois, que, no presente feito, o Ministério Público do Trabalho possui legitimidade ativa para propor a presente ação civil pública, tendo em vista, conforme antes destacado, estar evidenciado, na tutela jurisdicional pretendida, manifesto interesse social a ser tutelado.

Rejeito, por conseguinte, as questões preliminares de carência de ação por utilização de meio processual inadequado e de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho.

2.3 DA QUESTÃO PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO (RECURSO DA RÉ)

A demandada renova a questão prejudicial de prescrição, alegando que, se o autor tomara conhecimento dos fatos que originaram a propositura da ação no ano de 2002, poderia assim tê-la ajuizado até 2007, já que alcançadas pela prescrição.

Tal como a MM. Vara de origem, ressalto que não há como se pronunciar a prescrição de pretensões relativas a interesses coletivos e difusos, considerando-se que não possuem titular determinável. Não é possível, pois, operar-se a inércia do titular do direito pois sua titularidade é difusa. Não se está diante de interesse particularizado de cada trabalhador, mas de toda a coletividade.

Desta forma, em razão de se estar diante de direitos de interesse social, por sua natureza, são imprescritíveis, não sendo razoável que se apliquem as regras prescricionais relativas aos direitos patrimoniais, sob pena de se sacrificar toda a coletividade, sua titular.

Assim, não se pode falar em prescrição em relação às pretensões do autor, pois visam à tutela de interesses e direitos difusos e coletivos, inclusive no que toca à reparação genérica por danos morais ou materiais resultantes da violação deles.

Reporto-me, ainda, ao posicionamento de Raimundo Simão de Melo, segundo os qual:

"Desse modo, não há falar em prescrição ou decadência com relação às obrigações de fazer ou não fazer referentes aos interesses difusos e coletivos, inclusive com referência à reparação genérica por danos morais e/ou materiais irreparáveis, causados a tais interesses.

Diferentemente ocorre no tocante às ações coletivas (CDC, art. 91) atinentes à reparação dos danos individualmente sofridos pelos trabalhadores, os quais, pela Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inciso XXIX, letras a e b), submetem-se à prescrição quinquenal durante a vigência do contrato de trabalho e bienal, após a extinção do mesmo."

Rejeito, assim, a questão prejudicial de prescrição.

2.4.1 DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER (RECURSO DA RÉ)

A ré, após fazer um resumo dos fatos (fls. 1.864 a 1.872), alega que, diante de tão elevado número de pedidos, não se teria notícia de ação tão abrangente, na qual o Ministério Público requer, praticamente, o cumprimento de todas as obrigações às quais já está obrigada, por força de lei.

Diz a ré, ainda, que a presente ação se constituiria em represália, por ter ela se recusado a assinar os Termos de Ajustamento de Conduta, por não ter reconhecido as faltas a ela imputadas. Prossegue, reportando-se à greve realizada pelos seus empregados, em janeiro de 2007, tendo sido reconhecida a sua abusividade, mediante decisão proferida na Ação Declaratória de Abusividade de Greve. Tece considerações sobre os descontos salariais referentes às quantias assaltadas furtadas dos caixas e dos cofres dos ônibus, afirmando que os cobradores eram obrigados, por força de norma coletiva, a colocarem, nos cofres, quantia que excedesse o valor de 40 (quarenta) passagens. Em assim não procedendo, ressalta que se estaria diante de falta funcional, motivo pelo qual a empresa realizava os descontos em destaque, inclusive com a anuência dos empregados e com o conhecimento do autor. Neste particular, faz-se ver que a MM. Vara de origem não julgou procedente o pedido em destaque, conforme os fundamentos de fls. 1.852, frente e verso, havendo, inclusive, recurso do Ministério Público do Trabalho requerendo a condenação da demandada neste particular. Discorre, ainda, a recorrente sobre a alegada existência de lide simulada, ressaltando não possuir a prerrogativa de atribuir natureza indenizatória a quaisquer das verbas objeto das conciliações regularmente firmadas com seus empregados.

Afirma a ré que não teria pertinência a alegação de que se utilizaria da Justiça do Trabalho para fins de homologação e que, somente perante ela, proceda ao pagamento de seus empregados. Ao contrário, visa, sempre, ao atendimento da conciliação, cumprindo os ajustes por ela realizados, inclusive no que toca aos descontos previdenciários.

O autor, na petição inicial, entre as diversas e numerosas irregularidades imputadas à ré, afirmou que recebera denúncias de existência de lide simulada, tendo a primeira delas partido de ex-empregado de nome Denilson da Silva Moraes, o qual, ao comparecer à sede do autor, esclarecera: 1) que, por ocasião de sua dispensa, fora chamado, no escritório da ré, para falar com advogado de nome Junior; 2) que o referido advogado teria preparado alguns papéis e informado ao empregado que aguardasse, em sua residência, a notificação da Justiça do Trabalho; 3) que lhe foi exibida outra peça idêntica de reclamação trabalhista.

Prossegue o autor, informando que, mediante consulta na Rede Mundial de Computadores (Internet), verificou a existência de Ação de Consignação em Pagamento, Processo nº 543-2004-010-08-00, entre a ora demandada e o denunciante, tendo, inclusive, o Ministério Público participado da sessão da audiência, como fiscal da lei, o que teria levado a empresa a requerer a desistência da ação.

Esclareceu o autor que solicitara o comparecimento do representante da ré, em sua sede, com a finalidade de celebrar Termo de Ajuste de Conduta e que, de início, teria concordado, sendo que, posteriormente, negou-se a proceder à assinatura respectiva, o que levou o autor a proceder à extensa investigação, tendo chegado às seguintes infrações: 1) de utilização da Justiça do Trabalho, como órgão homologador de rescisões contratuais, com todas as desvantagens daí oriundas; 2) do não-pagamento das verbas rescisórias oriundas da dispensa sem justa causa e 3) de violação à irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas.

A ré, ao contestar, às fls. 1.667 a 1690, além de deduzir razões idênticas às razões recursais, apenas afirmou que não utilizaria a Justiça do Trabalho como órgão homologador das rescisões dos contratos de trabalho de seus empregados.

Examinando-se a farta documentação juntada pelo autor, de fls. 103 a 415, conclui-se que restou evidenciado vício do consentimento na transação judicial, pois a manifestação de vontade dos empregados não foi livre, vez que foram coagidos a aceitarem o acordo, como demonstrada nos

depoimentos prestados às fls. 120 a 125, 285, 291 e 293. Ensina ZENO VELOSO que a coação "(...) é a utilização de ameaça injusta para extorquir de alguém um negócio jurídico." No caso dos autos, a ameaça está consubstanciada na recusa de pagamento das verbas rescisórias efetivamente devidas a pessoas que se encontram desempregadas, postergando o direito ao recebimento dos valores e impedindo, até mesmo, o recebimento do benefício do seguro-desemprego, reduzindo-as a estado de desespero, a ponto de "concordarem" em abrir mão do pagamento integral das verbas rescisórias, aceitando receber valores significativamente inferiores aos que fariam jus, caso a rescisão fosse paga perante a entidade sindical ou após sentença condenatória. O temor do dano iminente, qual seja, o não-recebimento de nenhum valor, encontra-se configurado.

Ademais, reporto-me à juntada aos autos de inúmeros termos de audiências relativos a diversos processos ajuizados contra a requerida, visando ao recebimento de verbas rescisórias, de vários acordos judiciais homologados perante esta Justiça Especializada e de diversos termos de rescisão de contrato de trabalho (fls. 309 a 415). Destaque-se que o C. TST tem decidido neste sentido, a saber: "AÇÃO RESCISÓRIA. COLUSÃO. VÍCIO DO CONSENTIMENTO. Ação ajuizada perante a

MM. Junta de Conciliação e Julgamento de Parauapebas originariamente competente -, onde houve recusa de homologação de acordo subsequente noticiado. Reiteração da mesma ação perante a MM. Junta de Conciliação e Julgamento de Conceição do Araguaia, em que o citado acordo veio a ser homologado, sem a presença das partes. Violação do princípio do juiz natural. Colusão, a fim de fraudar a lei (art. 485, III, in fine, do CPC), e vício do consentimento, passível de ensejar invalidação da transação em que embasada a sentença (art. 485, VIII, do CPC), os quais se caracterizam. Recurso ordinário a que se nega provimento.".

"AÇÃO RESCISÓRIA. TRANSAÇÃO HOMOLOGADA EM JUÍZO. IRREGULARIDADES. Deve ser

provido o recurso ordinário para, julgando procedente a pretensão rescisória,

desconstituir o acordo homologado em juízo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do CPC, nos termos do Enunciado nº 259 desta C. Corte, quando demonstradas pelos elementos probatórios constantes dos autos as irregularidades apontadas pelo autor na inicial."

Por assim ser, ficou mesmo provado que a ré se utilizou da Justiça do Trabalho como órgão homologador de rescisões contratuais, desvirtuando o instituto da conciliação, ao violar o disposto no artigo 477, §§ 1º e 6º, da CLT para se eximir do pagamento das verbas devidas empregados. Mantenho, pois, a sentença recorrida que condenou a demandada às seguintes obrigações: 1) de pagar, integralmente, as verbas rescisórias, de acordo com o disposto no artigo 477 da CLT; 2) de submeter, ao sindicato profissional ou à autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego, os termos de rescisão contratual dos empregados, com mais de 1 (um) ano de serviço, conforme disposto no artigo 477, § 1º, da CLT; 3) de abster-se de utilizar a Justiça do Trabalho como órgão meramente homologador de rescisão do contrato de trabalho, através de lides simuladas.

Por ora, fica mantida a condenação da demandada ao pagamento de multa, no valor de R\$3.000,00, por infração, a reverter ao Fundo de Amparo do Trabalhador.

Nego, pois, provimento ao recurso da ré.

2.4.2 DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS (RECURSO DA RÉ)

A ré, na sessão, "LESÃO À COLETIVIDADE E DA REPARAÇÃO DO DANO COLETIVO" (sic,

fl. 1874), alude à ilegitimidade do Ministério Público e ao não-cabimento da ação civil pública. Ressalto, desde logo, que tais alegações já foram oportunamente examinadas em sede de preliminar. Ratifico, pois, a fundamentação exposta no item 2.3 e nego provimento ao recurso neste particular.

Após tais extensas considerações, a ré ressalta que, se presentes os alegados prejuízos aos trabalhadores, o autor pretenderia a reparação de interesses individuais supostamente violados.

Acrescenta, ainda, que as partes, ao ajuizarem ações, sempre formulam pedidos

notadamente elevados, com o fim de obterem decisões mais favoráveis. Diz, assim, que o autor, com base em tal critério, requereu indenização por danos morais coletivos no importe de R\$300.000,00, os quais, a seu ver, não teriam restado provados. Discorre sobre a matéria e afirma que o pedido seria totalmente improcedente.

Na petição inicial, o autor aludiu à existência de danos morais a serem reparados, pois as numerosas infrações legais praticadas pela demandada violariam direitos fundamentais dos trabalhadores, inalienáveis, irrenunciáveis e indisponíveis (fl. 48).

Reporta-se a danos aos trabalhadores, como, por exemplo, sua sujeição ao excessivo regime de "viradas", obrigando-os a trabalhar em regime de jornada muito superior ao previsto constitucionalmente, sem qualquer registro ou mesmo o recebimento da contraprestação. Afirma, ainda, que os usuários dos meios de transporte estariam sujeito a riscos, por terem os veículos conduzidos por empregados extenuados. Diz, ainda, que a ordem econômica também é prejudicada com tal prática da ré que, ao assim proceder, diminui a oferta de vagas no mercado de trabalho.

Prossegue, tecendo considerações sobre a existência de lide simulada, pela qual a ré se furta do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados, ressaltando que, além dos danos de natureza material, toda a coletividade sofre danos morais, quais sejam, "a dor pela prática de injustiça e a indignação pelo ato atentatório de direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores, que se veem de mãos atadas diante do poder empregatício. O empregador se aproveita da posição hierárquica superior e também da ameaça do desemprego para obter vantagens ilícitas, submetendo os empregados a práticas ilegais, que atentam contra o princípio da dignidade humana" (sic, fl. 50).

Requereu, assim, invocando o disposto nos artigos 5º, inciso X, da CF/88, 186 do CC e 1º, inciso IV, da Lei nº 7.347/85, a responsabilidade e a reparação do dano jurídico social oriundo da conduta ilícita da ré. Após tecer diversas considerações sobre o tema, pediu o deferimento de indenização por danos morais coletivos, no importe de R\$300.000,00, a

reverter ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. A contestação da ré se é cópia das razões recursais, tendo requerido, ao final, a improcedência do pedido.

Raimundo Simão de Melo, com muita propriedade, observa que, no sistema jurídico nacional, o dano moral, de mágoa era compreendido como decorrente de dor em seu sentido moral de mágoa, de pesar e de aflição sofridos pela pessoa física e que, a partir do disposto no artigo 5º, incisos V e X, da CF/88, ampliou-se sua abrangência para qualquer violação ao nome ou à imagem da pessoa física ou jurídica, bem como das coletividades.

Ressalto, outrossim, que, além da norma constitucional antes referida, o dano moral coletivo encontra-se, expressamente, previsto na legislação infraconstitucional, como, por exemplo, nos artigos 1º e incisos da Lei nº 7.347/85, 6º, incisos VI e VII, da Lei nº 8.078/90 (CDC), 3º, 5º e 17 combinado com 201, incisos V, VI e IX, da Lei nº 8.069/90 (ECA). Inexistem, portanto, dúvidas, no ordenamento jurídico pátrio, acerca da possibilidade de reparação do dano moral coletivo, inclusive na esfera do Direito do Trabalho, bastante propícia, aliás, para a sua ocorrência. Ultrapassada a questão de previsão legal, faz-se necessário perquirir o que se vem entendendo como dano moral coletivo, em sede doutrinária, utilizando-se, para tanto, do conceito de Matilde Zavala de Gonzalez, citada por Xisto Tiago de Medeiros Neto, a saber:

"O dano coletivo é experimentado por um conjunto de pessoas por força da lesão a um interesse grupal (...).

O prejuízo coletivo é único, ainda que expandido entre os sujeitos, aos quais chega indivisivelmente, pela inserção no conjunto, em virtude de uma condição comum e significativa no contexto lesivo: por padecer de AIDS, por habitar em certo lugar, por pertencer a uma determinada raça ou nacionalidade, por exercer uma função específica ou atividade profissional."

Trata-se, pois, o dano moral coletivo de lesão a direitos e interesses metaindividuais relevantes, sob o ponto de vista social, para toda a coletividade, isto é, para grupos, classes, categorias ou para a sociedade considerada de forma difusa.

Destaco que, no dano moral coletivo, não há que se buscar um equivalente da dor psíquica, como se faz em relação às pessoas físicas, mas sim aos valores considerados como relevantes pela coletividade. Neste sentido, Xisto Tiago de Medeiros Neto leciona:

"A idéia e o reconhecimento do dano moral coletivo (lato sensu), bem como a necessidade de sua reparação, constituem mais uma evolução nos contínuos desdobramentos do sistema de responsabilidade civil, significando a ampliação do dano extrapatrimonial para um conceito não restritivo ao mero sofrimento ou à dor pessoal, porém extensivo a toda modificação desvaliosa do espírito coletivo, ou seja, a qualquer ofensa aos valores fundamentais compartilhados pela coletividade, e que refletem o alcance da dignidade dos seus membros." Do mesmo modo que em relação ao dano moral individual, há necessidade de comprovação dos pressupostos essenciais e delineadores da responsabilidade civil aquiliana, quais sejam: o dano efetivamente suportado pela categoria, a culpa do empregador e o nexo de causalidade entre o evento danoso e o ato culposos.

Quanto à prova do dano moral coletivo, uma vez mais Xisto Tiago de Medeiros Neto acrescenta:

"Ora, se o dano moral transindividual é perceptível em face da lesão causada, pois resulta não somente em patente sofrimento, angústia, aflição, constrangimento ou desconforto à coletividade, mas também, numa percepção mais ampla, revela consideráveis prejuízos de ordem extrapatrimonial sofridos, tem-se como certo que a sua demonstração dispensa prova direta, sendo suficiente a verificação, de per si, do fato concretizado. Assim, o sistema jurídico se contenta com a simples ocorrência da conduta danosa, diante da consciência que emerge de que certos fatos atingem e lesionam a esfera da moralidade coletiva." O fato ensejador do pedido de reconhecimento de dano moral coletivo, no presente feito, reside na prática constante, pela ré, de infrações à legislação constitucional e infraconstitucional trabalhista, submetendo seus empregados a extensas jornadas de trabalho e a trabalho em condições insalubres, em desobediência às normas de saúde e segurança, além de privá-

los de direitos à que fazem jus, como, por exemplo, o gozo de férias, os registros de seus contratos de trabalho e o recebimento de verbas, após a regular homologação da rescisão contratual.

À vista da prova dos autos, qual seja, a vastíssima documentação juntada pelo autor, como denúncias formuladas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes e Passageiros nos Municípios de Ananindeua e Marituba - SINTRAM/PA (fls. 69 a 72) e de ex-empregado da ré (fls. 103 e 104), autos de infração e seus anexos (fls. 144, 201 a 268, 537 a 683, 700 a 706) da SRTE/PA, antiga DRT, bem como o relatório fiscal de fls. 137 a 142, reputam-se provadas as alegações de existência de dano moral coletivo a ser reparado, vez que evidente a violação aos direitos coletivos e difusos dos empregados da empresa ré, repecurtindo em toda a coletividade, tal como requerido pelo autor.

As condutas da ré, ao contrário do por ela alegado, constituem-se em geradoras de dano moral à coletividade (como, por exemplo, o descumprimento de normas trabalhistas constitucionais e infraconstitucionais, inclusive de segurança e saúde, prática de fraudes contra categorias de trabalhadores e a órgãos públicos) que ocasionam sentimento de repulsa e revolta, pela impunidade de que vêm se revestindo, por longo período, não apenas a seus empregados, mas a toda a sociedade, provada, desta forma, a lesão a interesses coletivos e difusos.

Necessária, pois, a respectiva reparação, de forma a se coibir a prática de atos de natureza semelhante, deixando causar prejuízos às vítimas diretas (os trabalhadores) e indiretas (a sociedade). Desta forma, a natureza da reparação é tríplice: punir o ofensor, propiciar alguma satisfação às vítimas e inibir a nova prática de atos similares.

Neste sentido vem decidindo a jurisprudência pátria, conforme se infere da decisão a seguir destacada:

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INDENIZAÇÃO. O proceder patronal, consistente e, coagir os empregados à prática de atos divorciados do seu íntimo querer, com o objetivo único de obter expressiva vantagem financeira, em detrimento de direitos por ele próprio sonegados, mas reconhecidos a trabalhadores pelo

Poder Judiciário, desafia a cominação de indenização revertida ao FAT, obrigação que também contempla caráter pedagógico.". Quanto ao valor da indenização, é pacífico que a sua fixação não observa regra legal, ficando ao arbítrio do juiz, que deve, no entanto, levar em conta as circunstâncias fáticas e as atenuantes e agravantes existentes nos autos. O valor do dano não deve ser tão grande que proporcione o enriquecimento ilícito da parte. Por outro lado, não pode ser tão pequeno que importe em seu empobrecimento. Segundo Mauricio Godinho Delgado, o montante indenizatório, com respeito ao dano moral (inclusive estético), é fixado pelo órgão judicante por meio de um juízo de equidade. Levando em consideração esse juízo de equidade, o valor da indenização deve ser fixado de forma que tenha efeito pedagógico, para que a reclamada não cometa, novamente, práticas como as constatadas neste processo, reavaliando a sua conduta. Portanto, o valor deve ser o meio termo entre estes objetivos: penalizar a reclamada e reparar o dano moral coletivo sofrido. Assim, considerando os danos sociais causados pelas condutas ilícitas da empresa ré, bem como sua natureza, gravidade e repercussões sociais, mantenho a sentença que a condenou ao pagamento de indenização de R\$300.000,00, por considerá-lo justo, a ser revertido ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. Nego, uma vez mais, provimento ao recurso.

2.4.3 DOS DESCONTOS SALARIAIS (RECURSO DO AUTOR)

Requer o autor a parcial reforma da sentença recorrida para que lhe seja deferido o pedido de condenação da ré ao cumprimento da obrigação de abster-se de efetuar descontos ilegais nos salários dos empregados.

Afirma que a presente ação não se dirige à cláusula da norma coletiva, mas sim contra a sua aplicação abusiva e irregular, qual seja, a prática de descontos salariais em caso de assaltos, independente de culpa ou dolo do empregado.

Sustenta que, apesar de a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego não ter conseguido apurar a denúncia de tais descontos,

haveria outros elementos que a comprovariam. Prossegue o autor, na seção "3 - APLICAÇÃO ABUSIVA DA CLÁUSULA DA NORMA COLETIVA SOBRE DESCONTOS SALARIAIS" (sic, fl. 1.910), que a existência de norma coletiva autorizando o desconto salarial em destaque não elidiria a sua pretensão. Sustenta que o que pretende é o exercício da defesa de interesses difusos e coletivos dos trabalhadores, isto é, combater a atitude da empresa de efetuar descontos salariais decorrentes de dano, sem prévia apuração de culpa ou dolo do empregado, independente da previsão da norma coletiva.

Transcreve trechos da petição inicial às fls. 1.910 a 1.914 e ratifica que a simples existência de norma coletiva autorizando os descontos, não afasta a demonstração que a empresa mantém a prática de efetuá-los, o que não elidiria a necessidade de concessão da tutela inibitória pretendida pelo autor no combate de tal irregularidade.

Pede, assim, sejam julgados procedentes os pedidos 6.4.1 e 6.4.2 combinado com o constante do subitem a do item 7 da petição inicial. Ainda quanto aos descontos salariais em referência, na seção "DOS MEIOS DE PROVA QUE DEMONSTRAM A PRÁTICA DE DESCONTOS ILEGAIS"

(sic, fl. 1914), requer a reforma da sentença quanto ao entendimento de que não teria ficado provada a prática dos descontos de forma abusiva, por não ter sido apurada a denúncia pela Superintendência Regional do Trabalho-SRTE/PA.

Alega que, no relatório do Auditor Fiscal daquela instituição, não foi registrada a inexistência da prática irregular dos descontos indevidos, mas sim de que a denúncia não havia sido apurada e que não conseguiram comprovar a sua veracidade, por ausência de qualquer documentação a respeito. Os empregados, por receio de extinção dos seus contratos de emprego, por sua vez, também não se teriam manifestado durante a inspeção.

Diz que, ainda assim, o Ministério Público do Trabalho, durante o procedimento investigatório realizado administrativamente, com base no artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e no artigo 8º, inciso I, da LC nº 75/93, convocou ex-empregados da ré para prestarem depoimentos como testemunhas como meio probatório, visando ao reforço de provas obtidas pela ação fiscal da SRTE e também para investigar as denúncias não-apuradas por ela.

Desta forma, tais ex-empregados, por não terem qualquer receio de serem dispensados, prestaram depoimentos e confirmaram a denúncia decorrente dos descontos salariais abusivos. Conclui, assim, que tal prática ficou demonstrada e provada e que tais depoimentos complementaríamos o relatório da SRTE.

Na seção "5 DO VALOR PROBATÓRIO DOS TERMOS DE DEPOIMENTOS COLHIDOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO" e seus subitens (sic, fl. 1916), após tecer diversas e extensas considerações, o autor alude ao valor probatório dos termos de depoimentos por ele colhidos, bem como à presunção de sua veracidade, por se tratar de documento público e pela ausência de impugnação pela parte contrária.

Sustenta, ainda, o recorrente que seria desnecessária a reprodução dos depoimentos em juízo.

No item "6 - CONTEÚDO DOS DEPOIMENTOS PRESTADOS AO MPT E COMPROVAÇÃO DA PRÁTICA DOS DESCONTOS SALARIAIS ILEGAIS" (sic, fl. 1.921), uma

vez mais, o autor transcreve o trecho da petição de fls. 22 a 31 e, no item "7 - PROVA TESTEMUNHAL PRODUZIDA DO PROCESSO" (sic, fl. 1.929), alude ao

depoimento do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários, Sr. Márcio Amaral, o qual compareceu em juízo, em sessão de audiência, para depor como testemunha.

Requer, assim, seja reformada a sentença quanto à inexistência de prova da prática de descontos salariais ilegais dos empregados da ré.

Conclui, desta forma, requerendo a reforma da sentença recorrida para: 1) condenar a ré ao cumprimento das obrigações previstas nos itens 6.4.1, 6.4.2 combinado com o item 7, letra a, da petição inicial (fls. 55, 57, 59, 60), quais sejam: abster-se de efetuar descontos ilegais nos salários dos empregados, especialmente os decorrentes de quantias oriundas dos assaltos nos ônibus; em caso de desconto salarial resultante de dano causado pelo empregado, abster-se de efetuar o desconto quando não comprovada a responsabilidade do empregado pelo dano; em caso de descumprimento das obrigações acima, seja a empresa condenada a pagar multa mensal de R\$3.000,00 por infração e por empregado prejudicado.

Na petição inicial, o Ministério Público do Trabalho alegou, no tópico "4.4 DOS DESCONTOS SALARIAIS REFERENTES ÀS QUANTIAS ASSALTADAS DOS

CAIXAS E DOS COFRES DOS ÔNIBUS" (sic, fl. 22), reportar-se à denúncia formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores de que a empresa efetuaría descontos ilegais nos salários dos empregados.

Prosseguiu, afirmando que, de acordo com as informações do sindicato, a empresa ré desconta as quantias furtadas dos salários dos cobradores, sob a rubrica adiantamento salarial, sem qualquer apuração de negligência ou participação, transferindo para os empregados os riscos da atividade empresarial.

Reconheceu que a possibilidade de tais descontos se encontrava prevista em norma coletiva até o ano de 2007, mas afirmou que a ré estaria a proceder aos descontos de forma abusiva, em conduta considerada como ilícita pelo ordenamento jurídico.

Referiu-se a ocorrências alheias à vontade dos empregados, que os impediria de guardar no cofre dos ônibus, a quantia equivalente a 40 (quarenta) passagens, daí porque não poderiam sofrer os descontos previstos nas normas coletivas.

Discorre sobre tais circunstâncias e conclui que, muitas vezes, os cobradores não teriam guardado no cofre dos ônibus a cota máxima à que estavam obrigados por circunstâncias alheias a suas vontades.

Reporta-se às audiências extrajudiciais em que teria tido conhecimento dessas situações, cujos trechos de depoimentos transcreveu. Conclui que a ré aplicava a cláusula normativa que autorizava a realização dos descontos em questão irrestritamente, sem a apuração prévia de culpa do empregado, violando o disposto nos artigos 5º, incisos XXXV, LV, LVII, 7º, inciso X, da CF/88, 2º, 9º, 462 da CLT e 187 do CC, sobre os quais discorreu.

Requeru, tanto liminar, quanto definitivamente, sob o título "6.4 DESCONTOS SALARIAIS", a condenação da ré às seguintes obrigações: "6.4.1 Abster-se de efetuar quaisquer descontos ilegais nos salários dos empregados" (sic, fl. 57) e "6.4.2 Em caso de desconto salarial resultante de dano causado pelo empregado, o qual é lícito apenas quando houver dolo ou quando a possibilidade houver sido previamente acordada, a empresa se compromete a abster-se de efetuar o desconto quando não estiver comprovada a responsabilidade do empregado na ocorrência do dano" (sic, fls. 57 e 58).

A ré, ao contestar, em resumo, alegou que os descontos salariais referentes às quantias assaltadas dos caixas e cofres dos ônibus eram realizados, porque os cobradores eram obrigados, por força de norma coletiva, a colocarem, nos cofres, determinada quantia que excedesse 40 (quarenta) passagens. Em assim não procedendo, ressalta que se estaria diante de falta funcional, motivo pelo qual a empresa realizava os referidos descontos, inclusive com anuência dos empregados e com o conhecimento do autor (fls. 1.669 a 1.671).

A MM. Vara de origem indeferiu o pedido, pois não considerou provado que a ré teria realizado os descontos em destaque de forma abusiva. O Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários em Empresas de Transporte de Passageiros nos Municípios de Ananindeua e Marituba/Pa, em janeiro de 2007, formulou a denúncia de fls. 69 a 72 de que a ré, de forma irregular, realizaria os descontos salariais em destaque. Igual pedido de providências fora encaminhado pelo sindicato ao Ministério do Trabalho e Emprego em 26 de julho de 2006 (fls. 77 e 78). Ressalto, outrossim, que, já

em março de 2004, o ex-empregado da ré, Sr. DENILSON DA SILVA MORAES, procedeu no mesmo sentido (fls. 103 e 104). De fato, tal como ratifica o autor e a própria MM. Vara de origem, havia previsão, em normas coletivas, como a seguir exposto: nas Convenções Coletivas de Trabalho de 2006/2007, de 2005/2006, de 2004/2005, de 2001/2002, respectivamente nas Cláusulas XIX (fl. 1.753) e XVII (fls. 1.762 e 1.771).

O objeto da presente ação, entretanto, não se dirige às cláusulas dos instrumentos normativos, mais sim à sua abusiva aplicação, pois os descontos nos salários dos empregados era realizado, de forma indiscriminada, independente da existência de culpa ou dolo. Quanto ao Relatório de Fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE/PA, com base no qual foi indeferido o pedido, faz-se ver que ali consta, dentre as numerosas irregularidades encontradas e contra as quais foram lavrados autos de infração, expressamente:

"-Descontos indevidos.

Não foi observado nos recibos de pagamento qualquer ocorrência de descontos relativos a assaltos, pelas ou multas. Cumpre ressaltar que irregularidades, em regra, não se documenta, e, ante o receio dos empregados quanto à continuidade da vinculação empregatícia, não há como se apurar a infração. Seria interessante que a representação sindical tornasse mais específica a denúncia. (sic, fl. 141)".

Entretanto, apenas a conclusão à que chegou a SRTE/Pa, conforme acima transcrito, não é o bastante para não se considerar provada a prática abusiva pela ré, pois ali constou, de forma clara, a impossibilidade de se apurar a apontada infração, reportando-se o fiscal, inclusive, ao receio dos empregados quanto à continuidade da relação de emprego.

Da mesma forma que a empresa ré deixou de proceder a diversos registros à que estava obrigada, como, por exemplo, de anotações de CTPS, é óbvio que assim não procederia quanto aos descontos em destaque.

O autor, conforme o previsto nos artigos 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e 8º,

inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, realizou inquérito civil, tomando informações de diversos ex-empregados da ré, conforme os depoimentos de fls. 285 a 294.

Desde logo, reporto-me ao posicionamento adotado por Raimundo Simão de Melo, quanto ao inquérito civil, verbis:

"O inquérito civil é um dos mais modernos e importantes instrumentos de defesa da cidadania, através do qual o Ministério Público intenta a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. É instrumento exclusivo do MP, porém, de instauração obrigatória diante da existência de fatos que denotem malferimento aos direitos e interesses da sociedade". Passo a examinar os depoimentos prestados por diversas testemunhas, constantes das atas de renição de fls. 285 a 294, destacando alguns trechos: O ex-empregado Guilherme Nascimento Costa Júnior afirmou: "(...) que se ocorriam assaltos, o depoente não sofria descontos porque era motorista, mas sabe que os cobradores sofrem descontos nos salários quando ocorrem assaltos; que o valor descontado consiste em tudo que ultrapassar os R\$50,00 que podem ficar no caixa; que a empresa não permite que fique quantia superior a R\$50,00 no caixa, devendo o cobrador colocar no cofre tudo o que ultrapassar este valor; mas que às vezes, o cobrador não consegue deixar apenas R\$50,00 no caixa, quando, por exemplo, um passageiro paga a passagem com nota de R\$50,00; que se o assalto ocorrer quando houver mais de R\$50,00 no caixa, o cobrador paga tudo o que exceder R\$50,00; que se os valores roubados forem inferiores a R\$50,00, não há desconto, mas tudo o que ultrapassar R\$50,00 é descontado do salário do cobrador; que esse desconto vem anotado no contracheque como 'adiantamento de salário'." (sic, fls. 285 e 286)(grifei).

José Afonso Aboim da Silva, também ex-empregado da ré, disse: "(...) que trabalhou na empresa denunciada na função de cobrador, no período de outubro de 2001 a fevereiro de 2007; (...) que em relação aos assaltos, existe uma norma que o cobrador deve possuir em caixa, no máximo R\$50,00, devendo colocar no cofre o que ultrapassar este valor; que quando o ônibus está lotado, nem sempre dá tempo de manter apenas os R\$50,00, e como não se

sabe a hora em que o assalto vai acontecer, é possível que ocorra assaltos em que haja mais de R\$50,00 que havia no caixa; que se houver R\$70,00, no caixa na hora do assalto e se o ladrão levar os R\$70,00, o cobrador terá que descontado de seu salário R\$20,00; que a empresa recebe duas vezes o ressarcimento do assalto nesses casos; o valor que o seguro paga e o valor que o cobrador paga; que esses descontos vêm no contracheque com o título 'adiantamento salarial'; que já viu caso em que a empresa efetuou desconto integral, como no caso do Anderson; (...)" (sic, fls. 287 e 288) (grifei).

O ex-empregado Paulo Marcelo Quadros Barata declarou: "(...) que trabalhou na empresa desde 1996 até fevereiro de 2007, na função de cobrador; (...) que já sofreu assalto durante o turno de trabalho; que todas as vezes em que foi assaltado, teve que pagar para a empresa o total do valor equivalente ao assalto; que no 1º assalto, o depoente não usava o cofre do ônibus porque tinha medo de morrer se não houvesse dinheiro no caixa; que depois passou a usar o cofre; que no 2º assalto, o ladrão foi para o final da linha e exigiu que fosse aberto o cofre e roubou tudo que tinha no caixa e no cofre; que além do assalto no ônibus, os ladrões haviam detido o fiscal e mais 2 cobradores e por isso roubaram a chave que fica em poder do fiscal, no final da linha; que a empresa descontou integralmente do salário do depoente todo o valor equivalente ao assalto, em duas parcelas, e o restante foi descontado quando o depoente saiu da empresa; que os descontos apareciam no contracheque como 'adiantamento salarial', mas que agora aparecem como 'decorrente do acordo da cláusula 19 da convenção; (...)" (sic, fls. 289 e 290)(grifei).

O ex-empregado Nadilson Silva Amaral esclareceu: "(...) que trabalhou para a empresa cerca de 4 anos; (...) que exercia a função de cobrador; (...) que a empresa efetuava desconto no contracheque do cobrador quando ocorriam assaltos, quando o valor roubado ultrapassasse R\$50,00; que a empresa determinava que o valor excedente a R\$50,00 fosse colocado no cofre, mas que nem sempre era possível guardar o dinheiro no cofre, em razão do estado precário das fechaduras dos cofres, alguns com

cadeados quebrados; que o depoente já sofreu descontos no valor de mais de R\$600,00 em razão de 3 assaltos pelos quais passou; que o desconto ocorre de forma parcelada e vem anotado no contracheque (...)" (sic, fl. 294) (grifei).

A terceira testemunha arrolada pelo autor, no presente feito, Sr. MARCIO LIMA AMARAL, por sua vez, prestou o seguinte depoimento:

"que é presidente do sindicato dos rodoviários; que teve notícias em visitas à requerida em 2005, 2006 e início de 2007 constatou a prática de jornadas extraordinárias não registradas, descontos indevidos aos cobradores em razão de assaltos em ônibus, descontos de peças sobre os salários dos motoristas em caso de acidentes, demissões por justa causa sem indicativo do real motivo, seja de funcionários comuns, seja de dirigentes sindicais; que até hoje tem notícia da continuidade da prática de descontos indevidos, não pagamento de horas extras, inclusive quanto aos trinta minutos que os motoristas e cobradores são obrigados a comparecer na empresa para verificar água e pneus dos ônibus sem que esse acréscimo de jornada ficasse registrado; que todas essas prática anteriores e atuais também ocorrem em outras empresas do mesmo ramo de atividade, nesta Cidade; que nos casos de assaltos os objetos pessoais do cobrador não são indenizados pela requerida; que os descontos em razão dos assaltos, não observam a culpabilidade do cobrador, como por exemplo em guardar dinheiro adequadamente; que na maioria das vezes é verificado arrombamento do cofre dos ônibus em assaltos; que há casos em que os assaltantes deslocam o ônibus para o final da linha, inclusive os fiscais; que durante sua gestão o sindicato já ingressou com ações de cumprimento, em razão de descumprimento de cláusulas de normas coletivas pela requerida; que estas ações foram referentes à jornada excessiva de trabalho com 'viradas' e obrigatoriedade de chegada dos motoristas e cobradores, trinta minutos antes e sobre os descontos de peças em caso de acidentes, entre outras; que essas ações foram favoráveis aos sindicato, mas ainda estão pendentes de julgamento de recursos; que a maioria destas ações tramitaram em Ananindeua; que quando o sindicato recebe as denúncias averigua a veracidade dos fatos, tenta conversar com a direção da empresa e não havendo solução comunica à DRT ou ao

MPT, e quando o empregado já está demitido orienta que ingresse com ações individuais, porém o contrato da assessoria jurídica do sindicato não engloba a assistência dessas ações." (sic, fls. 1.838, verso e 1.839).

Analisando-se toda a extensa prova testemunhal e documental, produzida pelo autor, que valoro positivamente, constata-se que:

- 1) de fato, em que pese a já citada previsão normativa do desconto salarial em debate, várias são as circunstâncias da realidade de trabalho dos cobradores que os impedia de, tão-logo verificassem que, no caixa, havia valor superior a R\$50,00, guardarem-no, imediatamente no cofre do ônibus, como, por exemplo, a grande quantidade de passageiros;
- 2) mediante o pagamento da passagem como notas de valor elevado, algumas vezes o cobrador não tinha dinheiro imediatamente para devolver o troco, devendo aguardar para assim proceder;
- 3) a situação precária de alguns cofres, o que facilitaria o seu arrombamento, bem como a ocorrência de assaltos em que o fiscal, portador das chaves do cofre, fora rendido, pouco importando, assim, se o cobrador houvesse cumprido o estabelecido em norma coletiva;
- 4) diante da onda de violência que assola nossa cidade, os assaltos são constantes e ocorrem em momentos imprevisíveis, surpreendendo até mesmo os cobradores mais diligentes, que cumprem o estatuído em norma coletiva;
- 5) a empresa ré, de forma indiscriminada, sem se preocupar em verificar a existência de culpa ou dolo, procedia aos descontos salariais bastando que houvesse assaltos nos ônibus e que a quantia subtraída fosse superior a R\$50,00;

- 6) nos recibos de pagamento de fls. 299 a 307, constam os descontos referidos pelas testemunhas, sob as rubricas de "adiantamento de salário" e "desconto da cláusula 19 da convenção coletiva de trabalho".

Acrescenta-se, por fim, que, conforme ressaltou o autor a ré sequer impugnou os depoimentos supramencionados em sede de contestação. Por assim ser, configurada a conduta irregular da ré, em flagrante violação ao disposto nos artigos 5º, incisos XXXV, LV, LVII, 7º, inciso X, da CF/88, 2º, 9º, 462 da CLT e 187 do CC, julgo procedente o pedido do autor, deduzido no exercício da

defesa de interesses difusos e coletivos dos trabalhadores.

Dou, portanto, provimento ao recurso do autor para condenar a ré ao cumprimento das seguintes obrigações: 1) abster-se de efetuar descontos ilegais nos salários dos empregados, especialmente os decorrentes de quantias oriundas dos assaltos nos ônibus e 2) em caso de desconto salarial resultante de dano causado pelo empregado, abster-se de efetuar o desconto quando não comprovada a responsabilidade do empregado. Tendo em vista a presença do *fumus boni juris* e o *periculum in mora*, concedo a antecipação dos efeitos da tutela antecipada em relação às obrigações de fazer ora i,postas, conforme o disposto no artigo 12 da Lei nº 7.347/85, fixando, desde logo, multa mensal de R\$3.000,00, por infração e por empregado prejudicado, no caso de descumprimento.

2.4.4 DO CRITÉRIO PARA A FIXAÇÃO DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (RECURSO DO AUTOR)

Por fim, na sessão, "8 - REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO: POR INFRAÇÃO E POR

TRABALHADOR" (sic, fl. 1.929), requer o Ministério Público do Trabalho que seja reformada a sentença que determinou que, em caso de descumprimento das obrigações, pague multa de R\$3.000,00, apenas por infração cometida, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. Após discorrer sobre o tema, pede que a multa imposta tome por base, além da infração, também os critérios de tempo, "por mês" e por "trabalhador prejudicado", tal como requerido na inicial, conforme o item 6, fl. 56, e o item 57, alínea a, fls. 59 e 60. Requer, assim, seja determinado que: em caso de descumprimento das obrigações de fazer/não fazer, objeto da condenação, a empresa seja obrigada a pagar multa mensal, de R\$3.000,00, por infração e por trabalhador prejudicado, a reverter ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

De fato, o autor, na petição inicial, nos itens 6 (fl. 56) e 57 alínea a (fls. 59 e 60), requereu que, em caso de descumprimento das obrigações de fazer/não fazer, objeto da condenação, a empresa seja obrigada

a pagar multa mensal, de R\$3.000,00, por infração e por trabalhador prejudicado, a reverter ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Verifica-se que a MM. Vara de origem condenou a empresa ré ao cumprimento das obrigações de fazer e de não fazer constantes da conclusão da sentença (fls. 1.856 e 1.857), sob pena de "pagar multa no valor de R\$3.000,00 por cada infração, a reverter ao Fundo de Amparo do Trabalhador." (sic, fl. 1.854).

Conforme leciona Ibraim Rocha:

"No campo dos interesses metaindividuais o que interessa é, sobretudo, a pacificação do conflito de dimensão coletiva do modo mais específico possível (...)" e que "(...) o juiz deve buscar todos os meios para realizar exatamente aquilo que foi pedido na ação, determinando atos que permitam ao autor ter exatamente o que pediu".

Entendo, ainda, que a multa não deve ter apenas caráter indenizatório, mas também inibitório, nos exatos termos da multa prevista no artigo 11 da Lei nº 7.347/85, denominada, pela doutrina, de astreintes, combinado com o artigo 84 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90). As astreintes não visam, entretanto, à substituição da execução específica, mas sim a obrigar o réu a cumprir as prestações por ele devidas de forma voluntária.

Por outro lado, em razão da finalidade da multa em destaque, seu valor deve ser elevado a ponto de desmotivar o infrator a descumprir o comando judicial referente às obrigações de fazer e não fazer, coagindo-o econômica e psicologicamente.

Assim é que dou parcial provimento ao recurso do autor para, reformando, em parte, a sentença recorrida, cominar multa mensal, de R\$3.000,00, por infração e por trabalhador prejudicado, a reverter ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, tal como requerido na petição inicial, tanto liminarmente, quanto na decisão final.

3

CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço dos recursos do autor e da ré, bem como das contrarrazões de ambos e rejeito as questões preliminares de

carência de ação por utilização de meio processual inadequado e de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho, bem como a prejudicial de prescrição, suscitadas pela ré, à falta de amparo legal. No mérito, nego provimento ao recurso da ré e dou parcial provimento ao do autor para, reformando, em parte, a sentença recorrida, condenar a ré ao cumprimento das seguintes obrigações: 1) abster-se de efetuar descontos ilegais, nos salários dos empregados, especialmente os decorrentes de quantias oriundas dos assaltos nos ônibus; 2) em caso de desconto salarial resultante de dano causado pelo empregado, abster-se de efetuar o desconto quando não comprovada a responsabilidade do empregado, cominando, em caso de descumprimento das obrigações de fazer/não fazer, objeto da condenação, à empresa multa mensal de R\$3.000,00, por infração e por trabalhador prejudicado, a reverter ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Concedo a antecipação dos efeitos da tutela em em relação às obrigações de fazer ora impostas à ré, mantendo a sentença recorrida em seus demais termos, inclusive quanto às custas, tudo conforme os fundamentos.

3 POSTO ISTO,
ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO
TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS
RECURSOS DO AUTOR E
DA RÉ, BEM COMO DAS CONTRARRAZÕES DE AMBOS. À UNANIMIDADE, EM
REJEITAR AS
QUESTÕES PRELIMINARES DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR UTILIZAÇÃO DE MEIO
PROCESSUAL
INADEQUADO E DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO, BEM
COMO A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO, SUSCITADAS PELA RÉ, À FALTA DE
AMPARO
LEGAL. NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR PROVIMENTO AO
RECURSO DA RÉ E EM
DAR PARCIAL PROVIMENTO AO DO AUTOR PARA, REFORMANDO, EM PARTE, A

SENTENÇA

RECORRIDA, CONDENAR A RÉ AO CUMPRIMENTO DAS SEGUINTE
OBRIGAÇÕES: 1) ABSTER-

SE DE EFETUAR DESCONTOS ILEGAIS, NOS SALÁRIOS DOS EMPREGADOS,
ESPECIALMENTE

OS DECORRENTES DE QUANTIAS ORIUNDAS DOS ASSALTOS NOS ÔNIBUS; 2)

EM CASO DE

DESCONTO SALARIAL RESULTANTE DE DANO CAUSADO PELO EMPREGADO,
ABSTER-SE DE

EFETUAR O DESCONTO QUANDO NÃO COMPROVADA A RESPONSABILIDADE
DO EMPREGADO,

COMINANDO, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE
FAZER/NÃO FAZER,

OBJETO DA CONDENAÇÃO, À EMPRESA MULTA MENSAL DE R\$3.000,00, POR
INFRAÇÃO E

POR TRABALHADOR PREJUDICADO, A REVERTER AO FUNDO DE AMPARO AO
TRABALHADOR -

FAT. UNANIMIEMENTE, EM CONCEDER A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA
TUTELA EM EM

RELAÇÃO ÀS OBRIGAÇÕES DE FAZER ORA IMPOSTAS À RÉ, MANTENDO A
SENTENÇA

RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, TUDO
CONFORME OS

FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da
Oitava Região. Belém, xx de xxxx de 2009.

SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - Desembargadora Relatora